

COORDENAÇÃO GERAL

BRASIL

COPABE

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA
PARA AS MULHERES

GCM ARACAJU

Gabaritei Véspera

153

BEM-VINDO (A)

Você acaba de acessar a amostra do nosso material de **Revisão** para a véspera da **GCM Aracaju!**

Antes de seguir, precisamos te dar um aviso importante. Muita gente fica pelo caminho não por falta de estudo, mas por excesso e ausência de direcionamento.

Tenta estudar tudo, acumula materiais, começa vários assuntos e termina poucos. Quando percebe, o tempo passou e a sensação é de que não avançou. Esse não é um problema de capacidade, mas de **estratégia**.

Nos momentos finais de preparação, o maior obstáculo não é o desconhecimento, e sim a falta de clareza sobre o que realmente importa.

Este material foi pensado exatamente para resolver esse ponto. Aqui, você não vai encontrar excesso, mas **seleção**.

Um direcionamento objetivo, que elimina o desnecessário e mantém apenas o que tem maior potencial de impacto no seu resultado.

A proposta é simples: **organizar o estudo, reduzir a sobrecarga e permitir avanço real em pouco tempo**.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

O conteúdo foi construído com base em um critério rigoroso de **relevância** prática, priorizando **recorrência**, padrão de cobrança e pontos críticos de erro.

Por isso, você encontrará uma abordagem direta, estruturada para leitura rápida, com destaques nos pontos mais importantes e explicações suficientes para garantir **compreensão sem excesso** teórico, além de questões pontuais para validar a fixação.

A ideia não é substituir toda a sua preparação, mas **destravar**. Dar clareza ao que precisa ser revisado agora e permitir que você vá para a prova com mais segurança.

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco do material que irá selar a jornada para o seu concurso.

Caso queira ter acesso ao material completo, clique no botão abaixo:

QUERO SER APROVADO!

Chegou a hora da sua aprovação. Vamos nessa?!

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS



1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão e a interpretação de textos constituem o núcleo central das provas de Língua Portuguesa em concursos públicos. Independentemente do cargo ou da banca examinadora, é praticamente certo que o candidato será avaliado quanto à sua capacidade de entender, analisar e extrair sentidos de textos de diferentes gêneros.

Mais do que decorar regras gramaticais, interpretar textos exige leitura atenta, raciocínio lógico, domínio vocabular e percepção do contexto.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma base teórica sólida, aliada a estratégias práticas, para que você saiba **como** ler o texto em prova e **como** responder às questões com segurança.

1.2 TEXTO, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Antes de avançarmos, é fundamental distinguir dois conceitos que aparecem com frequência nas questões: compreensão e interpretação.

A **compreensão** está relacionada ao sentido literal e explícito do texto. Trata-se daquilo que o autor efetivamente disse, sem exigir inferências profundas. Em linhas gerais, compreender é responder à pergunta: “O que o texto diz?”

Exemplos de questões de compreensão

Identificação de informações expressas no texto

Reconhecimento do tema
Localização de ideias principais e secundárias
Relações básicas de causa e consequência explícitas

A **interpretação**, por sua vez, vai além do que está escrito de forma direta. Ela exige que o leitor relacione informações, faça inferências, perceba implícitos, intenções do autor, efeitos de sentido e valores ideológicos. Interpretar é responder à pergunta: “O que o texto quer dizer?”

Exemplos de questões de interpretação
Inferência de informações não expressas
Identificação da intenção comunicativa do autor
Análise de ironia, crítica ou posicionamento
Relação do texto com conhecimentos de mundo

Dica: toda interpretação depende de uma boa compreensão. Quem não compreende bem o texto dificilmente interpreta corretamente.

1.3 GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são **formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em situações reais de interação social**.

Eles surgem das necessidades comunicativas das pessoas e circulam em diferentes esferas da sociedade, como a jornalística, a literária, a acadêmica, a publicitária, a jurídica, a administrativa e a digital.

Cada gênero textual apresenta **características próprias** relacionadas à sua **finalidade**, ao **público** a que se destina, ao **meio** em que circula, à **estrutura composicional** e ao **tipo de linguagem** empregado.

Uma notícia, por exemplo, tem como principal finalidade informar sobre um acontecimento de interesse público. Já um anúncio publicitário busca persuadir o consumidor a adquirir um produto, serviço ou aderir a uma ideia. Um manual de instruções, por sua vez, tem a função de orientar o leitor na realização de determinada atividade.

Assim, para identificar corretamente um gênero textual, é importante observar:

- qual é a finalidade do texto;
- quem produz o texto;
- a quem ele se destina;
- em qual contexto ele circula;
- qual é o suporte utilizado;
- como suas informações estão organizadas;
- qual linguagem predomina.

Não se deve confundir **gênero textual** com **tipo textual**.

Os **tipos textuais** correspondem a **formas de organização linguística**, como narração, descrição, exposição, argumentação e injunção.

Já os **gêneros textuais** são **manifestações concretas da comunicação**, como notícia, receita, carta, reportagem, edital, crônica e anúncio.

Um mesmo gênero pode apresentar mais de um tipo textual.

Exemplo:

Em uma reportagem, podem aparecer:

- trechos narrativos, ao relatar acontecimentos;
- trechos descritivos, ao caracterizar pessoas ou lugares;
- trechos expositivos, ao explicar informações;
- trechos argumentativos, ao apresentar opiniões de especialistas.

Portanto, o gênero é definido principalmente pela função social e pela situação comunicativa, enquanto o tipo textual se relaciona à forma de organização do conteúdo.

Principais gêneros textuais	
Gêneros jornalísticos	São textos vinculados à divulgação de fatos, informações e opiniões de interesse social. Notícia: apresenta um fato recente de maneira predominantemente objetiva. Costuma responder a perguntas como: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Reportagem: aprofunda determinado assunto, podendo reunir entrevistas, dados, depoimentos, imagens e opiniões de especialistas. Editorial: apresenta a opinião oficial de um veículo de comunicação sobre determinado tema. Geralmente não é assinado. Artigo de opinião: apresenta e defende o ponto de vista de um autor, utilizando argumentos, exemplos, comparações e dados. Entrevista: organiza-se por meio de perguntas e respostas, com o objetivo de obter informações, opiniões ou relatos de uma pessoa. Atenção: mesmo os textos jornalísticos considerados informativos podem apresentar escolhas linguísticas que revelam determinado enfoque sobre os fatos.
Gêneros literários	Nos gêneros literários, a linguagem pode ser empregada de forma artística, subjetiva, simbólica ou figurada. Conto: narrativa breve, geralmente concentrada em poucos personagens, espaço e tempo reduzidos. Crônica: texto curto relacionado a situações do cotidiano, que pode apresentar humor, crítica, reflexão ou subjetividade.

	Poema: texto estruturado em versos ou em prosa poética, marcado pelo ritmo, pela sonoridade e pelo uso expressivo da linguagem. Fábula: narrativa breve, frequentemente protagonizada por animais com características humanas, que apresenta ensinamento ou moral. Nos textos literários, é importante observar os efeitos produzidos por metáforas, ironias, ambiguidades, repetições e outras figuras de linguagem.
Gêneros publicitários	Os gêneros publicitários têm como objetivo principal persuadir o destinatário. Podem promover produtos, serviços, comportamentos ou ideias. Entre os exemplos mais comuns estão: • anúncio publicitário; • propaganda institucional; • campanha educativa; • slogan; • cartaz; • folder. Esses textos costumam empregar verbos no imperativo, linguagem direta, imagens, cores, frases curtas, jogos de palavras e recursos de aproximação com o público. Exemplo: “Proteja-se. Vacine-se.” Nesse enunciado, os verbos no imperativo procuram induzir o leitor a adotar determinado comportamento.

Gêneros instrucionais e injunctivos	São textos que orientam o leitor a realizar uma tarefa ou seguir determinado procedimento. Exemplos: • receita culinária; • manual de instruções; • tutorial; • bula de medicamento; • regulamento; • instruções de prova. Predominam nesses gêneros os verbos no imperativo ou no infinitivo, a sequência de etapas e a linguagem objetiva. Exemplo: "Conecte o aparelho à tomada e pressione o botão lateral." A ordem dos procedimentos é fundamental para a compreensão e a execução adequada da ação.
Gêneros normativos e institucionais	São textos utilizados para estabelecer regras, divulgar decisões, regulamentar condutas ou organizar atividades administrativas. Exemplos: • lei; • decreto; • portaria; • resolução; • edital; • regulamento; • ofício; • memorando; • despacho. Esses gêneros costumam apresentar linguagem formal, objetiva, impessoal e padronizada. O edital, por exemplo, divulga regras, condições e etapas de determinado processo, como um

	concurso público. A portaria é utilizada por uma autoridade administrativa para estabelecer determinações, designações ou procedimentos internos.
Gêneros científicos e acadêmicos	Têm como finalidade apresentar, explicar ou divulgar conhecimentos de forma organizada e fundamentada. Exemplos: • artigo científico; • resumo; • resenha; • relatório; • verbete enciclopédico; • texto de divulgação científica. Nesses gêneros, são comuns a linguagem objetiva, o emprego de conceitos técnicos, a apresentação de dados e a organização lógica das informações. O texto de divulgação científica procura tornar o conhecimento especializado acessível ao público não especialista. Por isso, pode apresentar exemplos, comparações e explicações simplificadas.
Gêneros digitais	Os gêneros textuais também se modificam com o desenvolvimento das tecnologias e das formas de interação social. Exemplos: • e-mail; • mensagem instantânea; • postagem em rede social; • comentário; • blog; • fórum virtual; • podcast;

	• meme. Esses gêneros podem combinar escrita, imagem, som, vídeo, emojis, hiperlinks e outros recursos. Por essa razão, muitos deles são classificados como gêneros multissemióticos ou multimodais. A linguagem utilizada pode variar conforme o público, a finalidade e o grau de formalidade da situação comunicativa. Um e-mail institucional, por exemplo, exige linguagem formal, enquanto uma mensagem enviada a um amigo pode apresentar marcas de oralidade e informalidade.
Charges, tirinhas e cartuns	Esses gêneros combinam linguagem verbal e não verbal e são muito frequentes em provas de interpretação. Charge: representa criticamente um acontecimento atual, geralmente relacionado à política ou à sociedade. Sua compreensão depende do conhecimento do contexto em que foi produzida. Cartum: apresenta humor ou crítica sobre situações mais gerais e atemporais, sem depender necessariamente de um acontecimento específico. Tirinha: sequência curta de quadrinhos que pode apresentar narrativa, diálogo, humor, crítica ou reflexão. Para compreender esses gêneros, é necessário observar: • expressões faciais e gestos; • cenário e disposição dos personagens; • relação entre imagem e fala; • ironia; • duplo sentido;

- referências a fatos sociais;
- quebra de expectativa no último quadro.

1.4 ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM PROVAS

Ler um texto em prova não é o mesmo que ler por prazer. É uma leitura ativa, estratégica e orientada pela questão.

Na **primeira leitura**, o objetivo é captar:

- O tema central;
- O gênero textual;
- A finalidade do texto;
- O posicionamento geral do autor.

Evite, nesse momento, prender-se a palavras desconhecidas. O foco é o sentido global.

Na **releitura**, o candidato deve:

- Identificar ideias principais de cada parágrafo;
- Observar conectivos e marcadores discursivos;
- Perceber relações de oposição, causa, consequência, explicação ou conclusão;
- Analisar escolhas vocabulares relevantes.

1.4.1 TEMA, IDEIA PRINCIPAL E IDEIAS SECUNDÁRIAS

O **tema** é o assunto geral abordado no texto. Normalmente é amplo e pode ser expresso por uma palavra ou expressão.

Exemplo: Texto sobre os impactos da tecnologia no mercado de trabalho.

Tema: tecnologia e trabalho.

A **ideia principal** é o recorte específico que o autor faz dentro do tema. Ela revela o **ponto central defendido**.

Já as **ideias secundárias** servem para:

- Explicar;
- Exemplificar;
- Justificar;
- Detalhar a ideia principal.

Dica: muitas questões erradas trazem ideias secundárias como se fossem o tema ou a tese central.

1.4.2 ASSUNTO, TEMA E FINALIDADE DO TEXTO

Em provas de interpretação, é comum que as bancas solicitem a identificação do **assunto**, do **tema** ou da **finalidade** de um texto. Embora esses conceitos estejam relacionados, eles não são sinônimos.

O **assunto** corresponde ao **conteúdo tratado no texto**. É uma visão mais ampla do que está sendo abordado.

Exemplo: Texto sobre os impactos da inteligência artificial na educação.

Assunto: inteligência artificial na educação.

O **tema**, por sua vez, representa o **enfoque dado pelo autor ao assunto**. Trata-se do recorte específico desenvolvido ao longo do texto.

Exemplo:

Tema: os benefícios e os desafios do uso da inteligência artificial no processo de aprendizagem.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Já a **finalidade** corresponde ao **objetivo comunicativo do texto**, isto é, aquilo que o autor pretende alcançar junto ao leitor.

Entre as finalidades mais frequentes estão:

- informar;
- convencer;
- orientar;
- explicar;
- alertar;
- emocionar;
- divertir;
- criticar;
- denunciar;
- regulamentar.

Observe:

"Vaccine-se. A vacinação protege você e toda a comunidade."

Assunto: vacinação.

Tema: importância da vacinação coletiva.

Finalidade: persuadir o leitor a se vacinar.

Atenção: em concursos, é comum aparecer uma alternativa que identifica corretamente o assunto, mas erra a finalidade do texto.

1.4.3 INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Uma das habilidades mais cobradas em interpretação consiste em distinguir aquilo que está expressamente afirmado daquilo que precisa ser inferido pelo leitor.

As **informações explícitas** são aquelas apresentadas diretamente no texto. Elas podem ser localizadas por meio da leitura atenta, sem necessidade de deduções.

Exemplo:

"A reunião ocorrerá na sexta-feira, às 14 horas."

Informações explícitas:

- haverá uma reunião;
- será na sexta-feira;
- ocorrerá às 14 horas.

Já as **informações implícitas** não aparecem escritas de forma direta. Elas decorrem da combinação entre as informações fornecidas, o contexto e os conhecimentos linguísticos do leitor.

Exemplo:

"Pedro chegou à sala completamente encharcado."

O texto não afirma que estava chovendo, mas essa é uma inferência bastante plausível.

É importante destacar que **uma inferência deve sempre estar fundamentada em elementos do próprio texto**. Não basta que seja possível ou provável; ela precisa ser compatível com as informações apresentadas.

Dica: quando uma alternativa utiliza expressões como "pode-se concluir", "infere-se", "subentende-se" ou "deduz-se", normalmente a questão está explorando informações implícitas.

1.4.4 O SENTIDO DAS PALAVRAS E DAS EXPRESSÕES NO CONTEXTO

As palavras não possuem significado fixo e imutável. Em muitos casos, seu sentido **depende do contexto em que aparecem**.

Observe:

"O candidato apresentou uma resposta fria."

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

A palavra fria não indica temperatura, mas ausência de emoção ou entusiasmo.

Agora observe:

"A água estava fria."

Nesse caso, o significado refere-se à temperatura.

Por isso, ao interpretar um texto, **não se deve analisar palavras isoladamente**. É necessário considerar:

- o contexto em que aparecem;
- o gênero textual;
- a intenção comunicativa;
- as relações estabelecidas com as demais palavras.

É justamente essa dependência do contexto que explica por que uma mesma palavra pode assumir diferentes significados em textos distintos.

1.4.5 SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS NA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Os concursos frequentemente exploram relações de equivalência ou de oposição entre palavras.

Os **sinônimos** são **palavras ou expressões de significado semelhante**.

Exemplos:

- iniciar — começar;
- adquirir — comprar;
- rápido — veloz.

Já os **antônimos** apresentam **sentidos opostos**.

Exemplos:

- claro — escuro;
- aumentar — diminuir;
- aceitar — rejeitar.

Entretanto, é importante compreender que **a sinonímia raramente é absoluta**. O contexto pode alterar o grau de equivalência entre duas palavras.

Compare:

"Ele possui uma residência no litoral."

"Ele possui uma casa no litoral."

Nesse contexto, "residência" e "casa" podem ser consideradas sinônimas.

Já em outros contextos, essa substituição pode produzir alterações de estilo, formalidade ou precisão.

Dica: quando a questão pergunta se uma palavra pode ser substituída por outra "sem prejuízo do sentido", a análise deve considerar o contexto do texto, e não apenas o significado presente no dicionário.

1.4.6 DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

A linguagem pode ser empregada em **sentido literal** ou em **sentido figurado**.

A **denotação** corresponde ao **significado objetivo, literal e convencional** das palavras.

Exemplos:

- A porta está aberta.
- O cachorro atravessou a rua.

Já a **conotação** corresponde ao **emprego figurado ou expressivo da linguagem**.

Exemplos:

- Ele abriu as portas para novas oportunidades.
- Aquele atleta é um verdadeiro leão em campo.

Nos textos literários, publicitários e humorísticos, o emprego da conotação é bastante frequente, pois produz efeitos expressivos, emocionais ou persuasivos.

Nos textos científicos, técnicos e normativos, normalmente predomina a linguagem denotativa, devido à necessidade de objetividade e precisão.

Atenção: uma palavra pode aparecer ora em sentido denotativo, ora em sentido conotativo. É sempre o contexto que permite identificar o significado pretendido pelo autor.

1.4.7 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS ENTRE AS IDEIAS

A compreensão de um texto depende da **identificação das relações estabelecidas entre suas ideias**. Essas relações são frequentemente marcadas por conectivos, mas também podem ser percebidas pelo próprio contexto.

Entre as relações mais cobradas estão as seguintes.

Relações lógico-semânticas entre as ideias	
Relação de causa	Indica o motivo pelo qual determinado fato ocorreu. Exemplo: Como choveu intensamente, a partida foi adiada. Pergunta típica: Por que a partida foi adiada? Resposta: porque choveu intensamente.
Relação de consequência	Apresenta o resultado produzido por uma causa. Exemplo: Choveu intensamente; por isso, a partida foi adiada.
Relação de comparação	Estabelece aproximações ou diferenças entre elementos. Exemplo: O novo sistema é mais eficiente do que o anterior.
Relação de oposição ou contraste	Apresenta ideias contrárias ou parcialmente incompatíveis.

	Exemplos: Estudou bastante, mas não foi aprovado. Conectivos frequentes: • mas; • porém; • contudo; • entretanto; • todavia; • no entanto.
Relação de finalidade	Indica o objetivo de determinada ação. Exemplo: Estudou muito para ser aprovado. Conectivos frequentes: • para; • a fim de; • com o objetivo de.
Relação temporal	Expressa sequência, simultaneidade ou duração dos acontecimentos. Exemplo: Depois que terminou a prova, saiu da sala. Marcadores comuns: • antes; • depois; • enquanto; • quando; • desde; • até.
Relação de condição	Indica uma circunstância necessária para que determinado fato ocorra.

Exemplo: Se estudar diariamente, terá melhores resultados.

Conectivos frequentes:

- se;
- caso;
- desde que;
- contanto que;
- salvo se.

SEGURANÇA PÚBLICA

ART. 144 DA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E

GUARDAS MUNICIPAIS



2.1 CONCEITO CONSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988 disciplina a segurança pública no art. 144, inserido no Título V, que trata da defesa do Estado e das instituições democráticas. De acordo com o texto constitucional, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Essa definição revela três ideias centrais. Em primeiro lugar, a segurança pública é dever do Estado, ou seja, cabe ao Poder Público estruturar órgãos, políticas, ações preventivas e mecanismos de repressão à criminalidade. Em segundo lugar, é direito de todos, pois a população tem direito à proteção da vida, da integridade física, da liberdade, do patrimônio e da convivência pacífica. Em terceiro lugar, é também responsabilidade de todos, o que significa que a sociedade deve colaborar com a preservação da ordem, respeitando a lei, comunicando ilícitos e contribuindo para a cultura de paz.

A finalidade da segurança pública envolve a preservação:

- a) da ordem pública;
- b) da incolumidade das pessoas;
- c) da incolumidade do patrimônio.

A expressão ordem pública está ligada à manutenção da paz social, da tranquilidade coletiva, da normalidade institucional e da convivência

organizada em sociedade. Já a incolumidade das pessoas refere-se à proteção da vida, da integridade física, da liberdade e da segurança individual. A incolumidade do patrimônio, por sua vez, abrange a proteção dos bens públicos e privados contra lesões, danos, furtos, roubos e demais condutas ilícitas.

O art. 144 da Constituição não trata apenas de combate ao crime. Ele organiza um sistema de segurança pública, distribuindo atribuições entre órgãos federais, estaduais, distritais e municipais. Por isso, é importante compreender que a segurança pública possui dimensão preventiva, repressiva, investigativa, ostensiva, viária, penitenciária, de defesa civil e de proteção de bens, serviços e instalações públicas.

2.2 ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

O art. 144 da CF/88 estabelece expressamente os órgãos responsáveis pela segurança pública:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Cíveis;
- Polícias Militares;
- Corpos de Bombeiros Militares;
- Polícias Penais federal, estaduais e distrital.

Esses órgãos não exercem as mesmas funções. A Constituição reparte competências para evitar sobreposição indevida de atribuições e para permitir a atuação especializada de cada instituição.

Órgão	Características
Polícia Federal	A Polícia Federal é órgão permanente: • organizado e mantido pela União; • estruturado em carreira.

	Compete à Polícia Federal: a) Apuração de infrações penais federais A PF investiga crimes: • contra a ordem política e social; • contra bens, serviços e interesses da União; • praticados contra autarquias e empresas públicas federais; • com repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme. Exemplo: tráfico internacional de drogas, crimes financeiros federais e contrabando. b) Repressão ao tráfico e ao contrabando Cabe à PF prevenir e reprimir: • tráfico ilícito de entorpecentes; • contrabando; • descaminho. c) Polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras A PF exerce funções relacionadas ao controle migratório e à fiscalização de fronteiras nacionais. d) Polícia judiciária da União A Constituição estabelece que a PF exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. Isso significa que a investigação criminal relacionada aos interesses federais compete à Polícia Federal.
Polícia Rodoviária Federal	A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é órgão permanente da União, estruturado em carreira. Sua principal função é o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

	A atuação da PRF envolve: • fiscalização de trânsito; • prevenção de acidentes; • combate ao tráfico de drogas; • repressão ao transporte ilegal de armas e mercadorias; • apoio à segurança viária.
Polícia Ferroviária Federal	A Polícia Ferroviária Federal destina-se ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. Embora prevista constitucionalmente, sua estruturação prática ainda é limitada no Brasil.
Polícias Civis	As Polícias Civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira. Compete às Polícias Civis: • exercer funções de polícia judiciária; • apurar infrações penais. A Constituição ressalva a competência da União, razão pela qual crimes federais são investigados pela Polícia Federal. Além disso, as Polícias Civis não apuram crimes militares, cuja competência pertence à Justiça Militar e aos órgãos próprios. Atenção: A Polícia Civil exerce atividade investigativa. A Polícia Militar exerce atividade ostensiva.
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares	Às Polícias Militares cabem: • a polícia ostensiva; • a preservação da ordem pública.

	A atividade ostensiva caracteriza-se pela presença visível do aparato policial, visando prevenir crimes e manter a tranquilidade social. Já os Corpos de Bombeiros Militares possuem atribuições relacionadas: • à defesa civil; • ao combate a incêndios; • ao salvamento; ao atendimento em calamidades públicas.
Polícias Penais	As Polícias Penais foram inseridas expressamente no texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 104 de 2019. Compete às Polícias Penais: • a segurança dos estabelecimentos penais. Essas polícias estão vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da respectiva unidade federativa.

2.3 DIFERENÇA ENTRE POLÍCIA ADMINISTRATIVA, POLÍCIA OSTENSIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA

Para compreender o art. 144 da Constituição, é importante distinguir algumas expressões frequentemente cobradas em provas.

A polícia administrativa atua de forma preventiva, limitando ou condicionando atividades particulares em benefício do interesse público. Está ligada ao poder de polícia da Administração Pública, como fiscalização, licenciamento, aplicação de sanções administrativas e controle de atividades potencialmente lesivas.

A polícia ostensiva é exercida de forma visível, preventiva e imediata, com o objetivo de preservar a ordem pública e impedir a prática de infrações. É a atividade típica das Polícias Militares, embora o entendimento atual admita

ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, nos limites constitucionais e legais.

A polícia judiciária atua, em regra, após a prática da infração penal, investigando crimes e reunindo elementos para subsidiar a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário. No plano federal, a função de polícia judiciária da União cabe à Polícia Federal. No plano estadual, essa atribuição é exercida, em regra, pelas Polícias Cíveis, ressalvados os crimes militares.

2.4 GUARDAS MUNICIPAIS NO ART. 144, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O ponto mais importante para o edital é o § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus **bens**, **serviços** e **instalações**, conforme dispuser a lei.

O texto constitucional utiliza a expressão “poderão”, o que indica que a criação de Guarda Municipal é uma faculdade do Município, e não uma obrigação constitucional. Assim, cada Município pode avaliar sua realidade local, sua capacidade administrativa, sua estrutura financeira e suas necessidades de segurança urbana para decidir se instituirá ou não sua Guarda Municipal.

A finalidade constitucional expressa das Guardas Municipais é a proteção:

- a) dos bens municipais;
- b) dos serviços municipais;
- c) das instalações municipais.

Os bens municipais incluem prédios públicos, praças, parques, escolas, unidades de saúde, equipamentos urbanos, veículos oficiais e demais patrimônios pertencentes ao Município. Os serviços municipais abrangem atividades prestadas pelo Município à população, como educação, saúde, transporte local, ordenamento urbano, limpeza urbana e funcionamento de órgãos públicos. As instalações municipais correspondem aos espaços físicos em que esses serviços são prestados ou em que a Administração Municipal funciona.

Exemplo: A atuação da Guarda Municipal na proteção de uma escola pública municipal, de uma unidade básica de saúde, de uma praça pública ou de um

terminal municipal relaciona-se diretamente à finalidade prevista no art. 144, § 8º, da Constituição.

2.5 NATUREZA E LIMITES DA ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS

As Guardas Municipais possuem natureza civil e atuação voltada à segurança urbana municipal. Sua função constitucional não é substituir os órgãos policiais estaduais ou federais, mas complementar a proteção dos bens, serviços, instalações e espaços de interesse municipal.

A Guarda Municipal pode atuar em ações preventivas, educativas, comunitárias e de proteção do patrimônio público municipal. Também pode colaborar com outros órgãos de segurança, especialmente em situações que envolvam preservação da ordem em espaços públicos municipais, apoio a eventos, proteção de usuários de serviços públicos e atuação integrada em políticas de segurança urbana.

Contudo, há limites importantes. A Guarda Municipal não exerce atividade de polícia judiciária. Portanto, não substitui a Polícia Civil nem a Polícia Federal na investigação criminal. Também não pode ter suas atribuições ampliadas de forma ilimitada por lei municipal, pois deve respeitar o desenho constitucional do art. 144 e as competências dos demais órgãos de segurança pública.

Em síntese, a atuação das Guardas Municipais deve observar três parâmetros:

- a) proteção de bens, serviços e instalações municipais;
- b) respeito às atribuições dos demais órgãos de segurança pública;
- c) vedação ao exercício de polícia judiciária.

2.6 ENTENDIMENTO ATUAL SOBRE POLICIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO PELAS GUARDAS MUNICIPAIS

Embora o § 8º do art. 144 mencione expressamente a proteção de bens, serviços e instalações municipais, a interpretação contemporânea admite uma atuação mais ampla das Guardas Municipais na segurança urbana, desde que respeitados os limites constitucionais.

O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que é constitucional o exercício, pelas Guardas Municipais, de ações de segurança urbana, inclusive policiamento ostensivo e comunitário. Essa atuação, porém, não autoriza a invasão das competências próprias das Polícias Cíveis, Polícias Militares, Polícia Federal e demais órgãos previstos no art. 144.

Assim, a Guarda Municipal pode atuar de modo preventivo e comunitário em espaços públicos municipais, colaborar com a preservação da ordem urbana, agir diante de condutas lesivas a pessoas, bens e serviços e realizar prisão em flagrante, como qualquer pessoa pode fazer e como as autoridades policiais devem fazer nos termos da legislação processual penal.

Por outro lado, a Guarda Municipal não pode instaurar inquérito policial, presidir investigação criminal ou exercer função típica de polícia judiciária. Também não pode ser transformada, por simples lei municipal, em “Polícia Municipal”, pois a Constituição utiliza a denominação Guarda Municipal e distribui de forma específica as competências dos órgãos policiais.

2.7 ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS

A Lei nº 13.022/2014 institui normas gerais para as Guardas Municipais e disciplina o § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Essa lei é conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais.

O Estatuto reforça que as Guardas Municipais são instituições de **caráter civil, uniformizadas e armadas** conforme previsto em lei, destinadas à **proteção municipal preventiva**. Sua atuação deve ser orientada por princípios como proteção dos direitos humanos, preservação da vida, patrulhamento preventivo, compromisso com a evolução social da comunidade e uso progressivo da força.

A proteção municipal preventiva deve ser compreendida como atuação voltada à prevenção de conflitos, proteção de espaços públicos, defesa do patrimônio municipal e colaboração com a segurança urbana. Não se trata de atribuir à Guarda Municipal uma função investigativa ampla, mas de reconhecer sua relevância na proteção cotidiana da cidade e de seus serviços.

Entre as funções compatíveis com a atuação das Guardas Municipais, podem ser mencionadas:

- a) proteção de prédios e instalações municipais;
- b) atuação preventiva em escolas, unidades de saúde e espaços públicos;
- c) proteção de servidores e usuários de serviços municipais;
- d) apoio à organização do trânsito local, quando houver competência municipal e previsão normativa;
- e) colaboração com órgãos de segurança pública em ações integradas;
- f) atuação comunitária e preventiva em áreas de interesse municipal;
- g) proteção de eventos e atividades promovidas pelo Município.

2.8 GUARDAS MUNICIPAIS E SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

As Guardas Municipais também se relacionam com o Sistema Único de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 13.675/2018. Esse sistema busca **integrar os órgãos e instituições responsáveis pela segurança pública** e defesa social, promovendo cooperação, compartilhamento de informações, planejamento conjunto e atuação coordenada.

A integração das Guardas Municipais ao sistema de segurança pública não significa que elas se transformem em Polícia Militar, Polícia Civil ou Polícia Federal. Significa que podem participar de políticas públicas de segurança, especialmente no âmbito municipal, contribuindo para ações preventivas e comunitárias.

Essa integração é importante porque a segurança pública moderna não se limita à repressão penal. Ela envolve prevenção, presença institucional, iluminação pública, ordenamento urbano, proteção de escolas, mediação de conflitos, uso de tecnologia, planejamento territorial e cooperação entre entes federativos.

CONHECIMENTOS SOBRE ARACAJU/SE



3.1 LOCALIZAÇÃO, POSIÇÃO GEOGRÁFICA E LIMITES

Aracaju é a **capital do Estado de Sergipe**, localizada na Região Nordeste do Brasil. Trata-se do principal centro político, administrativo, econômico e urbano sergipano. O município integra a faixa litorânea do estado e possui forte relação com rios, manguezais, áreas costeiras e espaços urbanos planejados.

Segundo dados do IBGE, Aracaju possui área territorial de aproximadamente **182,163 km²** e população de **602.757 habitantes no Censo Demográfico de 2022**. A estimativa populacional divulgada pelo IBGE para 2024 foi de **628.849 habitantes**, mantendo Aracaju como o município mais populoso de Sergipe.

A capital sergipana está situada em uma posição estratégica: próxima ao litoral, às margens do **rio Sergipe** e em área de contato entre ambientes urbanos, fluviais, estuarinos e costeiros. Essa localização influenciou diretamente a escolha da cidade como capital no século XIX, pois favorecia o comércio, a circulação de mercadorias e a fiscalização portuária.

3.1.1 LIMITES MUNICIPAIS

Aracaju faz parte da chamada **Grande Aracaju**, mantendo intensa relação urbana, econômica e populacional com municípios vizinhos. Seus limites envolvem áreas de contato com:

Direção aproximada	Município ou elemento de referência
Norte	Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros
Oeste	São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro
Sul	São Cristóvão e área de influência do rio Vaza-Barris
Leste	Oceano Atlântico

A presença do **rio Sergipe**, do **rio Poxim**, do **rio do Sal**, do **rio Vaza-Barris** e de áreas de manguezal cria limites naturais importantes e marca a paisagem da cidade.

3.2 HIDROGRAFIA

A hidrografia é um dos aspectos mais importantes para compreender Aracaju. A cidade é cortada e influenciada por rios, canais, áreas de mangue e ambientes estuarinos. Segundo informações da Prefeitura, Aracaju é cortada pelos rios **Sergipe**, **Poxim**, **Pitanga** e pelo **Canal do Santa Maria**, pertencentes às bacias dos rios **Sergipe** e **Vaza-Barris**.

Além desses cursos d'água, também se destacam o **rio do Sal**, o **rio Vaza-Barris** e áreas de drenagem associadas aos manguezais. Esses rios cumprem funções ambientais, paisagísticas, econômicas e históricas.

3.2.1 PRINCIPAIS RIOS E SUA IMPORTÂNCIA

O **rio Sergipe** é um dos elementos mais marcantes da paisagem aracajuana. Ele separa Aracaju de Barra dos Coqueiros e teve papel decisivo na formação histórica da capital, especialmente porque a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju esteve relacionada à necessidade de dinamizar o comércio e melhorar a estrutura portuária.

O **rio Poxim** corta áreas urbanas importantes e está associado a manguezais, áreas de preservação e desafios ambientais urbanos. O **rio Vaza-Barris**, por sua vez, marca a porção sul da cidade e influencia a paisagem da Zona de Expansão, especialmente em áreas de manguezais, restingas e ocupação costeira.

3.2.2 MANGUEZAIS E ÁREAS ESTUARINAS

Os manguezais são ecossistemas fundamentais para Aracaju. Eles protegem margens de rios, abrigam biodiversidade, reduzem impactos de enchentes e erosões e mantêm atividades tradicionais ligadas à pesca e à coleta de mariscos.

Em diagnóstico ambiental ligado ao planejamento urbano municipal, foram destacados manguezais em áreas como:

- rio Poxim;
- Coroa do Meio;
- Treze de Julho;
- rio do Sal;
- rio Sergipe;
- Zona de Expansão;
- margens do rio Vaza-Barris e do rio Santa Maria.

Esses ambientes sofreram, historicamente, pressão causada por aterros, ocupações irregulares, expansão urbana e poluição. Por isso, a preservação dos manguezais é um tema central para o equilíbrio ambiental da capital.

Ponto de atenção: em Aracaju, hidrografia e urbanização caminham juntas. A cidade cresceu sobre áreas de mangue, planícies alagáveis e margens de rios, o que explica muitos desafios atuais de drenagem urbana, saneamento, mobilidade e ocupação do solo.

3.3 POPULAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Aracaju concentra a maior população de Sergipe e exerce forte influência sobre os municípios vizinhos. Sua população, conforme o Censo Demográfico de 2022, foi de **602.757 habitantes**, com densidade demográfica elevada para os padrões do estado. O IBGE registrou densidade de **3.308,89 habitantes por km²** em 2022.

Essa concentração populacional se explica por diversos fatores:

- condição de capital estadual;
- concentração de serviços públicos;
- presença de comércio, universidades, hospitais e órgãos administrativos;
- oferta de empregos formais e informais;
- centralidade na Região Metropolitana;
- atração de migrantes do interior de Sergipe e de outros estados.

A expansão populacional de Aracaju ocorreu de forma desigual. Enquanto o núcleo inicial da cidade foi planejado em traçado regular, áreas periféricas cresceram com diferentes padrões de ocupação. Algumas regiões foram marcadas por conjuntos habitacionais, expansão imobiliária, ocupações populares e abertura de novas vias.

3.3.1 POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O crescimento populacional provocou a ampliação da cidade para áreas mais afastadas do centro original. Bairros como **Jabotiana, Farolândia, Jardins, Atalaia, Coroa do Meio, Bugio, Santa Maria, 17 de Março, Aruana e Zona de Expansão** representam diferentes momentos da urbanização aracajuana.

Em termos gerais, pode-se observar:

Área da cidade	Características gerais
Centro e entorno histórico	comércio, serviços, memória urbana e patrimônio
Zona Sul	expansão residencial, serviços, universidades, praias e turismo
Zona Norte	ocupação popular, conjuntos habitacionais e áreas de manguezal
Zona de Expansão	crescimento imobiliário, áreas costeiras, fragilidade ambiental e novos loteamentos
Orla e litoral	turismo, lazer, hotéis, bares, restaurantes e paisagem costeira

O desafio urbano atual é equilibrar crescimento populacional, preservação ambiental, mobilidade, moradia, saneamento e acesso a equipamentos públicos.

3.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DE ARACAJU

A história de Aracaju está diretamente ligada à transferência da capital de Sergipe. Antes de Aracaju, a capital da província era **São Cristóvão**, cidade histórica fundada no período colonial. No século XIX, entretanto, São Cristóvão apresentava limitações para o desenvolvimento econômico, especialmente por sua localização menos favorável ao comércio marítimo.

Aracaju surgiu como uma solução política, econômica e administrativa. O antigo povoado de **Santo Antônio do Aracaju** foi elevado à condição de cidade e capital em **17 de março de 1855**, por iniciativa do presidente da Província de Sergipe, **Inácio Joaquim Barbosa**. A transferência ocorreu por meio da **Resolução nº 413, de 17 de março de 1855**, marco fundamental da história municipal.

3.4.1 A ESCOLHA DE ARACAJU COMO CAPITAL

A escolha de Aracaju não foi casual. O local tinha vantagens estratégicas relacionadas à proximidade com a barra do rio Sergipe, à possibilidade de controle fiscal e ao escoamento de produtos. A região era ocupada por pescadores, lavradores, oleiros, salineiros e pequenos moradores vinculados ao povoado de Santo Antônio.

A nova capital deveria atender a necessidades administrativas e econômicas da província. A transferência representou uma tentativa de modernização, pois buscava criar uma capital mais funcional, voltada ao comércio, à circulação e à gestão pública.

3.4.2 CIDADE PLANEJADA

Aracaju é reconhecida como uma das primeiras capitais planejadas do Brasil. Seu projeto urbano inicial foi elaborado em formato de **tabuleiro de xadrez**, com ruas retas e organização geométrica. O planejamento é atribuído ao engenheiro **José Basílio Pirro**, responsável pelo desenho urbano da nova capital.

Esse traçado planejado diferenciou Aracaju de muitas cidades coloniais brasileiras, que cresceram de modo mais irregular, acompanhando igrejas, ladeiras, portos e caminhos antigos.

Esquema histórico:

São Cristóvão era a antiga capital

- limitações econômicas e geográficas
- escolha do povoado Santo Antônio do Aracaju
- Resolução nº 413/1855
- Aracaju torna-se capital
- cidade planejada em traçado regular.

HARDWARE E SOFTWARE



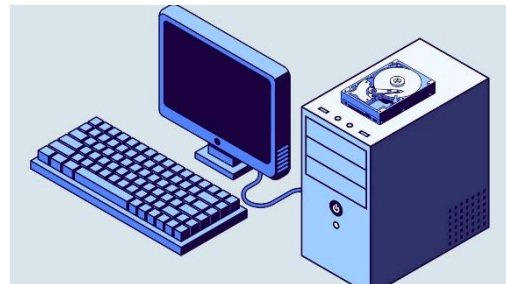
A informática é a área do conhecimento responsável pelo processamento automático de informações por meio de sistemas computacionais.

Esses sistemas são estruturados com base em dois elementos essenciais e indissociáveis: **hardware** e **software**, que atuam de forma integrada para possibilitar o funcionamento do computador.

4.1 CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE

O **hardware** corresponde à **parte física do computador**, ou seja, aos componentes materiais que podem ser tocados.

É por meio desses dispositivos que ocorre o processamento, armazenamento e transmissão de dados.



Os principais elementos de hardware incluem:

- **Processador (CPU):** responsável por executar instruções e processar dados.
- **Memória RAM:** armazena temporariamente os dados em uso.
- **Dispositivos de armazenamento (HD/SSD):** guardam informações de forma permanente.
- **Periféricos de entrada:** permitem inserir dados (teclado, mouse).

- **Periféricos de saída:** exibem resultados (monitor, impressora).

Cada componente possui uma função específica, mas todos trabalham de forma conjunta para viabilizar o funcionamento do sistema.

4.2 CONCEITOS BÁSICOS DE SOFTWARE

O **software** representa a **parte lógica do computador**, sendo composto por programas e instruções que orientam o funcionamento do hardware. Sem o software, o hardware não executa nenhuma tarefa útil.



Os softwares podem ser classificados em duas categorias principais:

- **Software básico (ou de sistema):** responsável por controlar o hardware e gerenciar os recursos do computador. O principal exemplo é o sistema operacional, que atua como intermediário entre usuário e máquina.
- **Software aplicativo:** voltado para tarefas específicas do usuário, como edição de textos, planilhas e navegação na internet.

4.3 RELAÇÃO ENTRE HARDWARE E SOFTWARE

Hardware e software são elementos complementares e interdependentes. O hardware fornece a estrutura física necessária, enquanto o software fornece as instruções que permitem a execução de tarefas.

Assim, qualquer atividade realizada em um computador resulta da interação entre esses dois componentes.

Pode-se compreender essa relação de forma simplificada da seguinte maneira:

Hardware: parte física (equipamentos).

Software: parte lógica (programas)

O computador é formado por um conjunto de elementos físicos e lógicos que trabalham de maneira integrada.

4.4 HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

O hardware pode ser dividido em vários grupos, conforme sua função. Entre os principais estão os **dispositivos de processamento, armazenamento, memória e periféricos**.



O **processador**, também chamado de **CPU** (Unidade Central de Processamento) é considerado o “cérebro” do computador. Ele executa instruções, realiza cálculos, controla operações e coordena o funcionamento dos demais componentes.

Quanto maior sua capacidade de processamento, melhor tende a ser o desempenho do equipamento, especialmente em tarefas mais pesadas, como edição de vídeo, jogos, simulações, cálculos complexos e execução de vários programas ao mesmo tempo.

A **placa-mãe** é a principal placa do computador. Nela são conectados o processador, as memórias, dispositivos de armazenamento, placas de

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

expansão e demais componentes. Ela funciona como uma base de comunicação entre as partes do sistema.

4.4.1 DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO

Os dispositivos de armazenamento são **responsáveis por guardar dados, programas, arquivos e o próprio sistema operacional.**

Diferentemente da memória RAM, que perde os dados quando o computador é desligado, o armazenamento é, em regra, **não volátil**, ou seja, mantém as informações gravadas mesmo sem energia.



Entre os principais dispositivos de armazenamento estão:

HD: o disco rígido, ou Hard Disk, é um dispositivo magnético usado para armazenar grande quantidade de dados. Possui partes mecânicas e, por isso, tende a ser mais lento e mais sensível a impactos do que o SSD.

SSD: o Solid State Drive é um dispositivo de armazenamento baseado em memória flash. Não possui partes mecânicas, é mais rápido, mais silencioso e mais resistente a impactos do que o HD. É muito utilizado para melhorar o desempenho do sistema operacional e dos programas.

Pen drive: é um dispositivo portátil de armazenamento, também baseado em memória flash. É usado para transportar arquivos entre computadores, realizar cópias e transferir documentos.

[Clique aqui e garanta o material completo](#)

Cartão de memória: utilizado em celulares, câmeras, tablets e outros dispositivos. Também utiliza memória flash e pode variar em capacidade e velocidade.

CD, DVD e Blu-ray: são mídias ópticas. Embora menos usados atualmente, ainda podem aparecer em questões. O CD armazena menor quantidade de dados; o DVD possui maior capacidade; o Blu-ray comporta volumes ainda maiores, sendo usado principalmente para vídeos em alta definição e armazenamento de grande porte.

Armazenamento em nuvem: embora não seja um dispositivo físico local, é uma forma de armazenamento remoto, acessada pela internet. Exemplos: Google Drive, OneDrive, Dropbox e iCloud. Os arquivos ficam armazenados em servidores de empresas, podendo ser acessados de diferentes dispositivos.

A diferença central entre **HD** e **SSD** costuma ser muito cobrada: o HD é magnético e possui partes móveis; o SSD usa memória flash, não possui partes mecânicas e apresenta maior velocidade de leitura e gravação.

4.4.2 MEMÓRIAS

As memórias são **componentes usados para armazenar dados e instruções durante o funcionamento do computador.**

Elas podem ser classificadas conforme sua função, velocidade, volatilidade e forma de acesso.

A **memória RAM** é uma memória principal, volátil e de acesso rápido. Ela armazena temporariamente dados e programas que estão em execução. Quando o computador é desligado, as informações presentes na RAM são perdidas. Quanto maior a quantidade de RAM, maior tende a ser a



Memória RAM

Memória ROM

Memória Cache

capacidade do computador de manter vários programas abertos simultaneamente.

Exemplo: ao abrir um navegador, um editor de texto e uma planilha, esses programas são carregados na memória RAM para que possam ser usados com rapidez.

A **memória ROM** é uma memória normalmente não volátil, usada para armazenar instruções básicas de inicialização do equipamento. Tradicionalmente, é associada ao firmware do computador, isto é, ao conjunto de instruções gravadas no hardware para permitir o funcionamento inicial do sistema.

A **memória cache** é uma memória muito rápida, localizada próxima ao processador ou dentro dele. Sua função é armazenar dados e instruções usados com frequência, reduzindo o tempo de acesso da CPU às informações. Ela é menor que a RAM, mas muito mais veloz.

A **memória virtual** é uma técnica usada pelo sistema operacional para simular uma expansão da memória RAM utilizando parte do armazenamento secundário, como HD ou SSD. Quando a RAM fica insuficiente, o sistema pode transferir temporariamente dados para o disco. Embora útil, a memória virtual é mais lenta que a RAM.

Memória	Característica principal
RAM	Volátil, rápida, usada durante a execução dos programas
ROM	Não volátil, ligada à inicialização e firmware
Cache	Muito rápida, auxilia o processador
Virtual	Usa parte do disco como apoio à RAM

Um ponto importante: **memória RAM não é sinônimo de armazenamento**. A RAM é temporária e volátil; o HD ou SSD guarda os arquivos de forma permanente, até que sejam apagados ou modificados.